

ATO PÚBLICO NO TRE 'RECEBE' CÁRMEN LÚCIA HOJE, ÀS 15H, PARA COBRAR ATUAÇÃO EFETIVA PELO PCS

Os servidores da Trabalhista, Federal e Eleitoral irão cobrar a aprovação do PCS. Participe!

Os servidores do Judiciário Federal, em luta pelo fim do congelamento salarial que se alastra por mais de seis anos, irão 'recepcionar' nesta quarta-feira (18), a partir das 15h, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, que estará no Tribunal Regional Eleitoral-SP, com um ato público em prol do PCS-4.

Na agenda da ministra está confirmado um encontro com os Juízes Eleitorais da Capital. O evento acontecerá no Plenário do TRE, a partir das 17h, no 14º andar do edifício sede, na Rua Francisca Miquelina, 123, Bela Vista.

Para reforçar o alerta de que "sem negociação pode não haver eleição", os servidores irão realizar um ato na porta do TRE. Na oportunidade, irão cobrar da ministra a sua efetiva participação no processo de negociação junto ao Executivo para aprovação imediata do PCS-4. Ressaltando a forte mobilização nacional na semana do registro das candidaturas, que deve se repetir nos próximos dias comprometendo, portanto, o processo eleitoral deste ano.

Compromisso

"Embora a ministra venha dando declarações favoráveis às reivindicações dos servidores em todos os estados aonde vem sendo 'recepcionada', até o momento, não se têm visto ações efetivas de sua parte, que apontem para o fim do impasse entre a cúpula do Judiciário e o poder Executivo para a aprovação do PCS-4", questiona Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud.

Além das negociações em torno do PCS-4, os servidores também vão cobrar da ministra o 'engavetamento' dos processos que tratam da revisão geral dos servidores que está parado no Supremo Tribunal Federal (STF), onde Cármen Lúcia é relatora do Manda-

do de Injunção impetrado há mais de três anos pelo Sintrajud e pela Fenajufe, e até o presente momento não houve apreciação.

Audiência

Com a vinda da ministra a São Paulo, o Sintrajud já solicitou audiência com a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, ainda nesta quarta-feira, dia 18, no TRE. A ministra deve receber uma comissão de servidores da Justiça Eleitoral e da entidade que irão cobrar efetivas negociações para aprovação do PCS-4.

A pressão vai continuar

A forte mobilização e paralisação entre os dias 28 de junho a 05 de junho, já mostrou que os servidores não estão dispostos a continuar mais um ano com os salários congelados. A categoria já mostrou sua força, e sabe que as eleições são seu instrumento de pressão, para por fim aos seis anos de congelamento salarial.

Para dar continuidade as mobilizações pelo PCS-4, todos os servidores devem participar do ato para exigir da presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, principal responsável pelo pleito eleitoral, o fim do congelamento salarial dos servidores.

ORIENTAÇÃO:

Os servidores dos demais tribunais e fóruns da capital, que forem ao ato público podem se deslocar de táxi, mediante recibo para o devido reembolso.

Congresso atende Dilma (PT), ignora STF e aprova LDO sem reajuste para servidor

Parlamentares fecham acordo e votam Lei de Diretrizes Orçamentárias que exclui PCS do Judiciário e aprovam MP que livra empresários de pagar Previdência

Deputados e senadores aprovaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 sem a previsão de reajustes para os servidores. A emenda que ‘amarrava’ a reserva de recursos para o PCS (Plano de Cargos e Salários) dos trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU foi rejeitada por orientação do governo, na sessão concluída na noite de terça-feira (17).

O texto prevê apenas uma referência genérica a possíveis aumentos para o funcionalismo, o que não obriga o Executivo a incluí-los na proposta de Lei Orçamentária do ano que vem. Com a votação, o Congresso Nacional entra em recesso. Não há previsão de quando o projeto que trata do reajuste do Judiciário

Federal (PL 6613/2009) voltará a ser pautado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Empresários e banqueiros beneficiados

A ‘crise’ que impedia a votação tanto da LDO quanto de medidas provisórias que travavam a pauta – entre elas a que livra setores empresariais de pagar a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos – teria sido superada após uma negociação entre lideranças governistas e da oposição PSDB/DEM em torno de aspectos do projeto.

Não houve pressão, no entanto, de nenhum destes setores para que a previsão de reajustes para os ser-

vidores fosse incluída.

Há notícias, porém, de que outra vez o governo teria negociado a liberação de emendas parlamentares para ‘selar’ o acordo que, ao final, exclui servidores e aposentados (que ficaram sem previsão de aumento real), mas garantiu a isenção tributária de empresários e a reserva de boa fatia do orçamento para pagar juros das dívidas públicas a banqueiros.

Na Comissão Mista de Orçamento, a emenda que garantia recursos para o Judiciário chegou a ser defendida pelo deputado João Dado (PDT), mas foi derrotada na votação. No Plenário da Câmara, foi rejeitada sem que sequer houvesse votação nominal.

Congresso entra em recesso sem que ‘estratégia’ do STF alcance resultados concretos

O Congresso Nacional entra em recesso sem que a ‘estratégia’ traçada pelo novo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, tenha obtido qualquer resultado concreto. O início do recesso legislativo era o prazo admitido pelo próprio ministro para que alguns aspectos das negociações entre Judiciário e Executivo estivessem consolidados.

As iniciativas do STF, que buscam um acordo amigável com o governo, não conseguiram fazer com que os deputados da Comissão de Finanças e Tributação votassem o projeto de lei que institui o PCS-

4 (PL 6613/2009); não levaram à sinalização alguma por parte do governo que as negociações caminham para um acordo; e o pré-limite orçamentário apresentado pelo Judiciário ao Planejamento, que prevê recursos para os reajustes, foram ignorados pelo Congresso Nacional na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Orçamento

Não bastasse isso, o Supremo não se pronunciou sobre a notícia de que a Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento (SOF) estaria trabalhando com a

proposta orçamentária para União, a ser enviada ao Congresso até o dia 31 de agosto, sem a previsão do pré-limite enviado pelo Judiciário.

Autonomia do Judiciário

O que muitos servidores observam é que a ‘estratégia’ do presidente do Supremo de conciliação de interesses com o governo federal não está dando resultados. E que o Judiciário Federal está sendo humilhado novamente pelo governo federal. O STF precisa rever esta ‘estratégia’, avaliam estes mesmo servidores, caso esteja de fato decidido a defender a autonomia entre os poderes.